

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DIANTE DO PROCESSO DE INSERÇÃO DO PROFESSOR INICIANTE: algumas reflexões

Camila Castro Diniz¹
Lélia Cristina Silveira de Moraes²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a necessidade de se implementar políticas públicas educacionais voltadas para a formação continuada de coordenadores pedagógicos, tendo em vista o seu papel fundamental na formação de professores, especialmente daqueles em início de carreira. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, com base na abordagem qualitativa. Assim, contemplou-se os estudos de autores como: Gatti e Barreto (2009), Fernandes (2009a;2011b), entre outros. Com base nos achados, conclui-se que apesar dos dilemas encontrados no que se refere ao prescrito e executado no cotidiano das escolas é necessário a implantação de políticas públicas para a formação específica do coordenador pedagógico na tentativa de fundamentar as suas concepções educacionais e fortalecer a sua identidade formativa. Em se tratando da sua atuação junto ao professor iniciante, tais políticas tornam-se ainda mais essenciais na busca por tornar o processo de inserção desses professores menos angustiante e mais efetivo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Coordenador pedagógico. Professor iniciante.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the need to implement educational public policies aimed at the continuing education of pedagogical coordinators, in view of their fundamental role in teacher training, especially those at the beginning of their careers. The methodological procedure adopted was the bibliographical research, based on the qualitative approach. Thus, studies by authors such as: Gatti and Barreto (2009), Fernandes (2009a;2011b), among others, were considered. Based on the findings, it is concluded that despite the dilemmas encountered with regard to what is prescribed and executed in the daily life of schools, it is necessary to implement public policies for the specific training of the pedagogical coordinator in an attempt to base their educational conceptions and strengthen their formative identity. When it comes to their performance with beginning teachers, such policies become even more essential in the quest to make the insertion process of these teachers less distressing and more effective.

Keywords: Public policy. Pedagogical coordinator. Beginner teacher.

¹ Universidade Federal do Maranhão; Doutoranda em Educação; camilacastrodiniz018@gmail.com

² Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Educação; lelia.silveira@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de uma pesquisa em desenvolvimento vinculada ao Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA) que objetiva discutir a necessidade de se pensar políticas públicas educacionais voltadas para a formação continuada de coordenadores pedagógicos, uma vez que estes profissionais tem papel fundamental na formação de professores, especialmente daqueles em início de carreira.

Para isso, questionou-se: As políticas públicas educacionais voltadas para a formação continuada de coordenadores pedagógicos tem contribuído para o processo de acolhimento e acompanhamento de professores iniciantes na educação básica?

Na perspectiva de Freitas, com base em Caldart (2023), é um desafio repensar a formação da juventude e do magistério a partir de finalidades educativas que sejam “portadoras de futuro” e não de atraso. Neste ponto, não há como pensar a qualidade da educação sem antes discutir a formação do educador e deste modo, sendo a escola um campo de disputas com grande capilaridade social (FREITAS, 2023) precisamos reconhecer que a formação docente desenvolvida no espaço escolar também é peça fundamental para a melhoria da qualidade de ensino.

Na visão de Souza (2001), a necessidade da formação contínua do professor é uma realidade que o coordenador pedagógico deve enfrentar na escola, uma vez que “a realidade muda e o saber que construímos sobre ela precisa ser revisto e ampliado sempre” (CHRISTOV, 1988, p. 9).

Nesse sentido, como sujeito representante da rede o coordenador pedagógico vem sendo chamado a atuar na formação de professores favorecendo, especialmente o acolhimento e o acompanhamento do professor iniciante no seu período de inserção profissional. Contudo, faltam a estes sujeitos os conhecimentos

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



profissionais específicos para apoiar os iniciantes, bem como oportunidades de se desenvolverem profissionalmente (PEREIRA et. al, 2022).

Temos aí, portanto, a importância de se pensar e promover políticas públicas educacionais direcionadas a atuação formativa dos coordenadores pedagógicos, especialmente junto aos professores iniciantes. Pois é necessário que esse profissional reconheça a sua função formativa junto aos docentes e supere uma ação intuitiva com os iniciantes tendo acesso a uma formação mais direcionada e transformadora.

Para a realização desta pesquisa de caráter bibliográfico nos apoiamos na abordagem qualitativa, em que “[...] a pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção” (GÜNTHER, 2006, p. 202). Assim, compreendendo que para tal abordagem cada problema de pesquisa requer instrumentos e procedimentos específicos, nesta investigação, recorreremos a pesquisa bibliográfica.

Para Gil (2021), este tipo de pesquisa realizada a partir de múltiplas fontes nos proporciona ter acesso a contribuições teóricas e resultados de outros estudos que discutem a área abordada. Nesse sentido, recorreu-se as contribuições de autores como Gatti e Barreto (2009), Fernandes (2009a; 2011b), entre outros.

Para tanto, o presente texto está organizado da seguinte forma: além desta seção introdutória, iniciamos o debate discorrendo a respeito das políticas de formação de professores e a urgência da formação continuada. Na sequência, enfatizamos a figura do coordenador pedagógico e a importância deste profissional ter uma formação específica para atuar junto ao professor iniciante. E por último, apresentamos as nossas conclusões com base na interpretação e análise teórica dos resultados.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A URGÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA: iniciando o debate

Antes de tratar sobre a relevância de uma formação específica do coordenador pedagógico junto ao professor iniciante, situamos na década de 90 do século passado, uma série de mudanças – no Brasil e no mundo – que reconfiguraram o campo educacional brasileiro e conseqüentemente, as políticas de formação de professores da Educação Básica.

Desse modo, pode-se dizer que tais políticas tem “[...] se constituído dentro de um contexto de tensões e contradições que tanto se estabelece num cenário com fundo neoliberal, quanto se tem caracterizado pela crescente intervenção do poder de Estado constituído” (OLIVEIRA & LEIRO, 2019, p. 3).

Assim, ao longo do século XX vivenciamos uma constante elevação dos patamares de formação docente nos países desenvolvidos que se fez acompanhar também no Ocidente pelos países com indicadores médios de desenvolvimento levando as instituições formadoras de professores a encarar grandes desafios (GATTI & BARRETO, 2009).

Segundo Oliveira e Leiro (2019), na tentativa de equiparar-se às tendências internacionais, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais- LDBEN, nº 9.394/96, em seu Art. 62, prevê que a formação do professor, para atuar na educação básica, deverá acontecer em nível superior, em curso de licenciatura admitindo a formação em nível médio, na modalidade Normal, para atuação na Educação Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental (OLIVEIRA & LEIRO, 2019). Adiante, o Art. 63, da referida Lei também regulamenta a formação que pode ser oferecida pelos Institutos Superiores de Educação: curso Normal Superior, cursos para quem já possui graduação e queira atuar na Educação Básica e programas de educação continuada.

Nota-se, que diante de tais exigências após a LDBEN (1996) temos uma explosão de cursos superiores de licenciatura voltados para a formação de professores no Brasil (OLIVEIRA & LEIGO, 2019). Em face disso, na busca de garantir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



recursos para o desenvolvimento de ações destinadas aos professores da educação básica, a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) traz recursos para execução de programas destinados à formação profissional de professores leigos (Ibidem).

Assim, “[...] definidos o nível e o lócus de formação e garantido o mínimo de recursos para execução desses programas, fez-se necessário estabelecer as diretrizes para tal” (OLIVEIRA & LEIGO, 2019, p. 5). O Conselho Nacional de Educação (CNE) torna-se então o responsável pela definição das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica.

Em abril de 1999, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal” (Ibidem). Já no ano de 2001, a Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), foi sancionada com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, sendo vista como condição e meio para o avanço científico e tecnológico do País (OLIVEIRA & LEIRO, 2019).

Apesar destes e outros avanços, no que se refere legislação concorda-se que o redesenho da legislação educacional brasileira busca ainda:

[...] atender às necessidades de um velho projeto educacional, afinado com o ideário neoliberal, que norteava a política educacional nos anos 1990, e que hoje, reconfigurada à direita, traz os mesmos conceitos: padronização, avaliação, responsabilização e meritocracia, impactando negativamente a qualidade da educação (LINO, CARVALHO & CARDOSO, 2019, p. 5).

Alves (2011), no âmbito das políticas públicas de educação, também identifica claros indícios de uma prática neoliberal, especialmente no tocante ao foco no atendimento às demandas do mercado de trabalho em que na prática não se valoriza a formação integral do aluno e do ser humano com cidadão.

É dentro dessa lógica, orquestrada principalmente por organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM) que as escolas tem sido vistas “[...] como empresas, e como tais, devem gerenciar os insumos, produzir recursos, e quando

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



submetidas à concorrência, pretende-se que desempenhem seu papel ao menor custo possível” (ALVES, 2011, p. 8). Face a essa realidade, o professor também vem sendo transformado em insumo, e não em um recurso humano do processo de aprendizagem (Ibidem), concepção que tem gerado grandes repercussões sobre a sua formação.

No que pese a formação inicial, Gatti e Barreto (2009) evidenciam que a rápida mudança do locus de formação docente para o nível superior operada no Brasil foi responsável por gerar um crescimento acelerado de Instituições de Ensino Superior com escassa ou nenhuma tradição acadêmica na área de formação para o magistério. O que nos leva a questionar sobre a efetiva capacidade de muitas delas em acrescentar elementos relevantes a formação de professores, uma vez que seus interesses podem estar mais ligados à ampliação de postos de trabalho (Ibidem).

Tal evidencia, também se atrela ao desenvolvimento crescente da modalidade de educação a distância (EaD) que na pretensão de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior, não acompanhada de uma preocupação com a sua qualidade, tem tornado ainda mais frágeis os impasses da formação de professores em nosso contexto (OLIVEIRA & LEIRO, 2019).

No que tange os cursos de Pedagogia, Gatti e Barreto (2009), alertam que os seus currículos ainda possuem uma característica bem fragmentária, em que a escola enquanto instituição social e de ensino tem sido elemento quase ausente em suas ementas nos levando a pensar numa formação de caráter abstrato e pouco integrada ao contexto concreto onde o profissional-professor vai atuar.

Logo, em meio aos problemas crescentes que enfrentam os cursos de formação inicial de professores a ideia de formação continuada como aprimoramento profissional tem sido deslocada para uma concepção de formação compensatória destinada a preencher lacunas da formação inicial (GATTI & BARRETO, 2019).

Sob essa ótica, torna-se cada vez mais necessário atrelar a formação contínua a largo da vida ao desenvolvimento profissional docente fomentando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



formações baseadas no próprio contexto escolar do professor, uma vez que ele aprende a sua profissão em um contexto prático, por meio da análise, reflexão e intervenções de situação concretas demandas que a formação inicial sozinha não é capaz de suprir.

Nestes termos, Nóvoa (2022) ressalta que há três pontos principais a serem evidenciados na formação de professores: ela deve basear-se no contexto profissional; desenvolver-se no seio de um coletivo profissional e realizar-se num espaço institucionalizado próprio.

Deste modo, é evidente pontuar que:

A qualidade da formação inicial e do desenvolvimento profissional dos professores tem relação com a preparação dos profissionais que atuam como formadores nesse trabalho, seu domínio conceitual e prático e seu envolvimento e compromisso com a formação de educadores (GATTI & BARRETO, 2019, p. 224).

Por esse prisma, em meio as contradições, certezas e incertezas que movimentam o contexto educacional brasileiro e conseqüentemente, as políticas de formação de professores somos convocados a renovar as nossas resistências chamando atenção dos educadores a este debate.

3 O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO ESPECÍFICA JUNTO AO PROFESSOR INICIANTE

Orsolon (2001, p. 17), nos diz que " cada época se impõe e nos impõe desafios dos quais nos sentimos, muitas vezes despreparados." Esse sentimento que, segundo a autora, paira sobre a escola e sobre os professores traz ao coordenador pedagógico uma grande responsabilidade, uma vez que é ele um dos profissionais encarregados de propor aos demais mudanças, cujo objetivo visa gerar práticas sociais mais amplas.

Para isto, conforme a mesma autora, o coordenador pedagógico precisa estar consciente de que a sua função para a mudança inclui a articulação do coletivo e a formação de professores.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sabendo, então, que a coordenação pedagógica envolve uma série de interferências e responsabilidades é imprescindível trazer à tona o contexto controverso, no qual se firmou a sua identidade no Brasil. Na visão de Macedo (2016, p. 35), a coordenação pedagógica tem suas "[...] raízes históricas em diferentes tempos, diferentes localidades e aparece citada com diferentes nomenclaturas" a depender de cada contexto e sistema de ensino.

Neste rumo, vale mencionar que essa função se inicia com a concepção de inspeção escolar, visando, sobretudo, controlar os professores em suas atividades pedagógicas. Posteriormente, com a supervisão pedagógica não se identifica mudanças substantivas na atuação destes profissionais, pois na prática as atribuições dos supervisores se reduzem aos aspectos administrativos e de mera fiscalização na escola.

É somente, a partir dos anos de 1980 e 1990, que temos uma nova fase de atuação do coordenador pedagógico, pois a implantação de políticas educacionais que visavam mudanças nas estruturas organizacionais e administrativas, bem como a necessidade de implantar processos de trabalho pedagógico que atendessem aos interesses coletivos da escola, numa perspectiva mais participativa, tornam este sujeito figura importante tendo como principal responsabilidade mediar a formação continuada dos professores.

Entretanto, há que se ressaltar que o contexto de criação desta função não foi acompanhada por uma preocupação com a sua formação profissional, nem com as condições necessárias para a realização de um trabalho coletivo e desenvolvimento profissional do professor como sujeito do processo educativo (FERNANDES, 2009a). Logo, num contexto em que o Estado é mínimo no que se refere as políticas educacionais, a identidade do coordenador pedagógico esteve marcada pela insegurança e precarização do seu trabalho.

Em termo legais, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN N. 9394/96, para atuar na coordenação pedagógica é preciso ter formação inicial de nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação. A partir dessa orientação,

PROMOÇÃO



APOIO

temos uma formação mínima determinada para atuação na coordenação pedagógica, mas na prática ela pode ocorrer de formas variadas, inclusive, com a indicação de profissionais formados em Pedagogia ou habilitados em qualquer Licenciatura Plena desde que tenham experiência como docentes.

Discutindo a esse respeito, Fernandes (2009a, p. 418), ressalta que:

Se, por um lado, a não exigência da formação pedagógica favoreceu a democratização do acesso à função, por outro, permitiu que muitos docentes assumissem a difícil tarefa sem ter um claro entendimento de didática, currículo, legislação ou gestão escolar.

Essa fragilidade na formação do coordenador e tantos outros desafios que marcam esta função nos fazem admitir que, hoje, a coordenação pedagógica permanece em fase de consolidação. Deste modo, as expectativas em relação ao desempenho do coordenador pedagógico na escola, a falta de tempo, as inúmeras demandas do seu cotidiano e a falta de clareza com relação ao seu papel contribuem para o desvio desta função, distanciando-os da natureza pedagógica e política do seu trabalho.

Conforme Fernandes (2009a), tais dificuldades tem levado estes profissionais a realizar trabalhos relacionados à veiculação, imposição e defesa de projetos da Secretaria que, muitas vezes, desconsideram a participação e o saber docente. Sob essa ótica, Silva e Sampaio (2014) evidenciam que atualmente as condições precárias, na qual são submetidos os coordenadores pedagógicos tem ampliado as suas responsabilidades e intensificado o seu trabalho.

Face a esse quadro, Lima e Santos (2007, p. 81), apoiados em Bartman, destacam que, por vezes, o coordenador pedagógico:

[...] não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta.

Dessa maneira, torna-se urgente levar em consideração as particularidades e complexidades que envolvem a coordenação pedagógica, identificando o perfil e a

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



importância do coordenador ter as bases necessárias para desenvolver o seu trabalho.

Para tanto, este profissional deve se perceber:

[...] como aquele educador que precisa no exercício de sua função, produzir a articulação crítica entre professores e seu contexto; entre teoria educacional e prática educativa; entre o ser e o fazer educativo, num processo que seja ao mesmo tempo formativo e emancipador, crítico e comprometido (FRANCO, 2008, p. 120).

Isto posto, chamamos atenção ao papel formativo que deve desempenhar o coordenador pedagógico junto ao professor iniciante, objeto de nossas investigações. Mira e Romanowski (2016), destacam que no atual contexto educacional brasileiro cresce o número de pesquisas direcionadas ao professor iniciante na intenção de viabilizar ações mais efetivas que auxiliem no seu ingresso e permanência na profissão.

Em acordo com esta assertiva, Silva e Rocha (2022), reiteram que é nesse período adverso que marca o início da docência que professores recém formados podem abandonar a carreira, sendo os iniciantes/principiantes os docentes egressos das licenciaturas ou que possuem até cinco anos de docência (MARCELO GARCÍA, 1999; HUBERMAN, 2007; TARDIF, 2004).

Importante mencionar, que é durante a sua formação inicial que o professor iniciante tem acesso a estudos e estágios que lhe proporcionam as bases necessárias para desempenhar a sua profissão. Mas é por meio da formação continuada, com foco numa formação permanente, que ele terá a oportunidade de aprender e reaperceber mais sobre a sua função (FREIRE apud SILVA; ROCHA, 2022).

Nessa direção, o coordenador pedagógico é um sujeito importante que pode direcionar no espaço escolar uma formação que auxilie o professor iniciante a ter uma atuação mais significativa e inovadora, com vistas a superar as angústias e dilemas vividos nessa fase inicial da docência.

Segundo Pereira e colaboradores (2022, p. 538),

[...] o fato de os coordenadores pedagógicos não terem conhecimentos específicos para apoiar os professores, somado a ausência de oportunidades

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desenvolver profissionalmente é altamente prejudicial para a inserção dos professores iniciantes.

Na contramão disso, este profissional precisa proporcionar momentos de aprofundamento teórico e de troca de experiências subsidiando as práticas pedagógicas dos iniciantes e buscando relacionar as teorias com os problemas vividos por eles no seu dia a dia escolar (FRANCO, 2015).

Para tanto, torna-se essencial pensar e implementar políticas que legitimem o papel formativo do coordenador pedagógico e que valorizem o contexto de trabalho como um aspecto fundamental não só para aprendizagem da profissão docente, mas para o fortalecimento do desenvolvimento profissional docente em sua totalidade.

Placco, Souza e Almeida (2012), refletindo sobre a função do coordenador pedagógico no âmbito das políticas públicas de educação básica, admitem que seria desejável termos projetos de formação mais abrangentes que nascessem do contexto de trabalho dos coordenadores pedagógicos considerando suas demandas e necessidades. Pois, visto que o objeto de ação do coordenador pedagógico é diferente daquele do professor, cuja especificidade é o ensinar tais políticas devem levar em conta que o coordenador pedagógico precisa ter competência para articular, formar e transformar (Ibidem).

Tal discussão, é válida principalmente considerando que o papel do coordenador pedagógico de contribuir com a formação continuada de professores é um papel complexo e essencial, o que requer destes sujeitos ter acesso a fundamentos teórico-prático, bem como condições e compromisso com um ensino de qualidade.

Neste quesito, é útil admitir que para além de uma boa formação pedagógica estes profissionais devem ter acesso a uma formação política (FERNANDES, 2011b) para que atendam as necessidades dos educandos contribuindo para o fortalecimento de um projeto educativo que seja mais efetivo e humanizado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



4 CONCLUSÃO

De modo geral, à luz do referencial teórico abordado foi possível aferir que as políticas direcionadas a formação de professores na educação básica nascem em meio a um contexto neoliberal marcado por contradições e disputas de poder que influenciam diretamente na função que desempenha o coordenador pedagógico junto aos professores, especialmente os iniciantes.

Nesse aspecto, apesar de alguns avanços na lei no que se refere a uma maior preocupação com qualidade do ensino. É fundamental nos questionar de “qual qualidade estamos falando?” pois a finalidade educativa com base nessas políticas deve está focada numa educação mais humanizada que busque contribuir com a superação estrutural do capital.

Contudo, no que pese a formação inicial e continuada do professor, no Brasil, ainda vivenciamos entraves que precisam ser superados. Está aí, portanto, a nossa preocupação com a formação dos profissionais da educação, sobretudo, a dos coordenadores pedagógicos que no espaço escolar também assumem a função de formadores.

Segundo a literatura, diante da sua competência de atuar, formar e transformar o coordenador pedagógico torna-se figurante importante no contexto escolar havendo a necessidade deste profissional ter acesso a uma formação específica para apoiar os docentes e desenvolver-se profissionalmente. Mas a distância entre o prescrito e o executado na realidade das escolas, bem como as fragilidades na construção da sua identidade profissional são entraves que ainda dificultam o seu trabalho.

Assim, diante da urgência da formação continuada com foco no desenvolvimento profissional docente é fundamental trazer à tona o debate das políticas direcionadas a formação de coordenadores pedagógicos, principalmente considerando que estes sujeitos podem amenizar os desafios vividos pelos

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



professores na fase inicial da docência contribuindo para a sua permanência na função.

Para isto, como nos sinalizou a análise empreendida, as referidas políticas além de focar as demandas e necessidades do coordenador pedagógico precisam estar associadas a outras políticas de valorização docente, dando a estes atores reais condições de fundamentar e enriquecer as suas práticas na pretensão de direcionar os professores, sobretudo, os iniciantes na construção de uma educação mais justa e com qualidade social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. Neoliberalismo e educação- Uma década de intervenções do Banco Mundial nas Políticas Públicas do Brasil (2000 – 2010). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. **Anais** [...], São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856704_9629b54220b679ba9d3681ffb650be11.pdf. Acesso em 20 de mai. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva, **Teoria e pratica: o enriquecimento da própria experiência**. In: GUIMARÃES, Ana Archangelo [et.al]. O coordenador pedagógico e a educação continuada. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1988, p. 31-34.

FERNANDES, M. J. S. O professor coordenador pedagógico e a fragilidade da carreira. In: Estudos em Avaliação Educacional. Vol. 20, n. 44, p. 411- 424, set/dez. 2009a.

FERNANDES, M. J. S. A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011b.

FRANCO, Francisco Carlos. **O coordenador pedagógico e o professor iniciante**. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; CHRISTOV,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Luiza Helena da. O coordenador pedagógico e a formação docente. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade.** Revista Múltiplas Leituras, v.1, n. 1, p. 117-131, jan. / jun. 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Conjunturas e impactos na formação de educadores: análises e perspectivas,** 2022. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/05/13/conjunturas-e-impactos-na-formacao-de-educadores/> Acesso em: 15 mai. 2023.

GATTI, Bernadete Angelina (Org.); BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** mai-ago 2006, Vol. 22 n. 2, p. 201-210.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, Antônio. Vidas de professores. Porto: Porto, 2007.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas.** Revista de Educação EducereetEducare, Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007, p. 77-90.

LINO, Lucilia Augusta; CARVALHO, Mark Clark Assen de; CARDOSO, Nilson de Souza. Desafios da formação de professores na conjuntura atual: do desmonte das políticas às perspectivas de resistência. In: 39º REUNIÃO NACIONAL ANPED, 2019, Niterói- RJ. **Anais [...],** Niterói- RJ: Universidade Federal Fluminense, 2019.

MACEDO, Sandra Regina Brito de. **Coordenação pedagógica: conceito e histórico.** In: FRANCO, Maria Amélia Santoro; CAMPOS, Elisabete F. Esteves (Organizadoras). A coordenação do trabalho pedagógico na escola [e-book]: processos e práticas. Santos (SP), editora Universitária Leopoldianum, 2016, p.142.

MARCELO GARCÍA, C. **Formação de professores: para uma mudança educativa.** Porto- Portugal: Porto Editora, 1999.

MIRA, Marília Marques; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Inserção profissional de professores iniciantes: elementos para pensar o processo de desenvolvimento profissional.** In: PRYJMA, Marielda Ferreira; OLIVEIRA, Oséias Santos de (org.). O desenvolvimento profissional docente em discussão. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. p. 163-178.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



NÓVOA, António. Canal Complexo de formação de professores CFP. Formação docente no século XXI: desafios de uma profissão. **YouTube**, 14 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qUJi1MYJNWo>. Acesso em: 22 de mai. 2023.

OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães; LEIRO, Augusto César Rios. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. **Pro-Posições**, Campinas, São Paulo, v. 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/R3qWFzj9Kjczng7YgJtwxc/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 20 de mai. 2023.

ORSOLON, Luzia Angelina Marino. **O coordenador/ formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de Almeida; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2001, p. 17-26.

PEREIRA, Rodnei, PRÍNCEPE, Lisandra, RIGOLON, Walkiria; PASSOS, PASSOS, Laurizete Ferragut. **Contribuições de um caso de ensino na formação de formadores de professores iniciantes da rede municipal de ensino de São Paulo**. In: MARCELO [et.al]. Programas de apoio e indução ao professor iniciante. São Paulo: Annablume, 2022.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 147, dez. 2012.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **O coordenador pedagógico e a constituição do grupo de professores**. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2001, p.27-34.

SILVA, Luís Gustavo Alexandre da; SAMPAIO, César Luís. Trabalho e autonomia do coordenador pedagógico no contexto das políticas públicas educacionais implementadas no Estado de Goiás. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 964-983, out./dez. 2015.

SILVA, Jéssica Lorryne Ananias da; ROCHA, Simone Alburquerque. **Coordenadores pedagógicos iniciantes em Rondonópolis- MT: as pedras diante da indução de professores iniciantes**. In; MONTEIRO, Ana Maria ... [et. al]. Debates sobre iniciação à docência. São Paulo: Annabume, 2022, p. 285-304.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO